



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0022869-25.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Prestação de Contas - Exigidas - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Pedro Rocha Goulart**
 Requerido: **Banco do Brasil Sa**

PEDRO ROCHA GOULART pediu a condenação de **BANCO DO BRASIL S. A.** a prestar contas relativamente à movimentação e saldo da conta-poupança nº 1.400.037.556, que apresentava um saldo de Cr\$ 68.257,40 em 15 de agosto de 1991, desconhecendo-se o movimento posterior.

Citado, o réu contestou o pedido, arguindo carência de ação e aduzindo que a conta, em verdade, é de movimentação de moeda em cruzados novos transferidos à ordem e disposição do Banco Central, por ocasião do Plano Collor.

O autor insistiu nos termos do pedido inicial.

Este juízo afastou a arguição de carência de ação (fls. 42).

Foram realizadas diligências para obtenção dos extratos e informações sobre a conta, sobrevindo também manifestação das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O autor recebeu extrato de movimentação da conta nº 800.037.556, a qual recebeu um crédito de Cr\$ 68.257,40 em 15 de agosto de 1991 e um débito de igual valor, no dia seguinte (11). Também recebeu extrato de movimentação da conta 1.400.037.556, com a movimentação em cruzados, havendo expressa identificação do crédito de remuneração, a liberação do valor de Cr\$ 68.257,40 em 15 de agosto de 1991 e o encerramento da conta no mesmo dia, pois o saldo tornou-se zero (fls. 12).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

A correspondência entre valores e datas confirma a alegação e a informação do réu, de que a conta 1.400 era escritural, correspondendo à movimentação de valores em cruzados novos, que foram bloqueados e colocados à ordem do Banco Central do Brasil, por ocasião do chamado Plano Collor, em 1990 (fls. 15).

Os documentos de fls. 48, 52, 64 e 65 confirmam a transferência autorizada pelo cliente.

O documento de fls. 65 confirma o crédito na cota 37.556-X e lançamentos subsequentes, tanto a débito, quanto a crédito, de tal forma que no final de agosto de 1991 havia um saldo credor nessa conta, de Cr\$ 19.539,90.

Portanto, está perfeitamente configurada a regularidade dos lançamentos e dos extratos, mostrando a evolução da conta em cruzados novos, a transferência de volta para a conta originária e a evolução desta, sobretudo no extrato de fls. 65.

Consigna-se que o autor não discute a movimentação subsequente a agosto de 1991, relativamente à conta 37.556-X, extrato de fls. 65, embora tenha deduzido algo na manifestação de fls. 70. Fato é que o pleito inicial não diz respeito a tal movimento. Sua preocupação era a conta bloqueada e o destino dado ao dinheiro. Ainda assim, propósito, o réu informou que essa conta não está em movimento (fls. 85) e o autor nada aduziu a respeito.

Enfim, já tendo sido oportunamente prestadas as contas, mediante extratos regulares, não havia razão para novo pedido.

Nenhum documento acompanhou a petição do réu (fls. 84 verso e 85). Mas o objeto da ação não é mesmo essa conta.

O insurgimento do autor era mesmo quanto ao destino dado ao saldo transferido. Ele não discute o destino dado aos Cr\$ 540,55 de saldo. Com efeito, nada alegou em desfavor desse saldo ou quanto à sua efetiva movimentação (v. fls.3, item 5), o que torna dispensável investigar o documento omitido na petição de fls. 85, que explicaria a inexistência de saldo nessa conta.

Fato é que, embora inicialmente se recusando à prestação das contas, o réu acabou por prestá-las posteriormente, juntando extratos de movimentação, que justificaram cabalmente a transferência do saldo, encerrando o litígio.

Diante do exposto, **julgo boas as contas** prestadas por **BANCO DO BRASIL S. A.**, relativamente à movimentação e transferência dos recursos advenientes da conta nº 1.400.037.556, do autor, **PEDRO ROCHA GOULART**, resultando no encerramento dessa mesma conta em 15 de agosto de 1991, com saldo zero.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ressalto que este provimento não envolve a movimentação subsequente, da conta-poupança nº 37.556-X.

Responderão as partes pelos honorários de seus patronos e pelas custas processuais em igualdade, beneficiando-se o autor da regra constante do artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 19 de abril de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**